

**DOS ABUSOS ÀS REVOLTAS? TRABALHO FORÇADO,
REFORMAS PORTUGUESAS, POLÍTICA “TRADICIONAL” E
RELIGIÃO NA BAIXA DE CASSANGE E NO DISTRITO DO CONGO
(ANGOLA), 1957-1961¹**

Alexander Keese²

1. Introdução

O trabalho forçado foi abolido na maioria dos sistemas coloniais na África sub-sariana durante a década seguinte à Segunda Guerra Mundial. Nos territórios ingleses, a liberdade do trabalho foi assumida no decurso dos passos de modernização que acompanharam a introdução de leis de previdência social nos anos 1930 (Cooper, 1996: 49-56, 60-64, 125-126). A política francesa baseava-se, ainda nos anos do conflito mundial, numa exploração massiva da mão de obra dos agricultores africanos. Todavia, com a onda de liberação iniciada pelo governo de Charles de Gaulle em 1944, foram os deputados africanos na Assembleia Geral francesa, apenas recentemente instalados, que pressionaram a administração no sentido de renunciar ao trabalho involuntário em 1946 (Bassett, 1995: 265-267; Fall, 1993: 270-274; Lawler, 1990: 96-98, 105-106).

A realidade nas regiões do continente sob dominação portuguesa, porém, era completamente distinta. Ainda nos anos cinquenta, se observava uma organização do trabalho orientada para o recrutamento duma mão-de-obra involuntária, utilizada em obras públicas, incluindo

¹ Moritz Atras. Trebeljahr deu uma ajuda imensa pela redacção do artigo, e merece os meus maiores agradecimentos. Maciel Moraes Santos deu um apoio apreciável e tomou possível a discussão desta análise por um público mais vasto.

² Universidade de Friburgo, Alemanha.

na detestada construção de estradas, que representava uma dureza particular para as populações do interior das colónias (Chilundo, 1995-1999: 233-238; Cross, 1992-1994: 138-144; Vail/White, 1978: 252-254). Não obstante estes testemunhos, não dispomos de muitos estudos que tracem em detalhe a evolução do trabalho forçado na década antes das Guerras de Independência e a ligação entre a repressão no sector do trabalho e a motivação dos rebeldes do ano de 1961. As pesquisas que tratam daquele período consideram-no, habitualmente, como o desfecho duma época contínua em que as estruturas repressivas da administração permaneceram as mesmas em qualquer sector que fosse (Andrade/Messiant, 1999: 216; Bender, 1978: 153-155). Somente o inquérito de Jeanne-Marie Penvenne sobre as condições de vida dos trabalhadores em Lourenço Marquês, o centro urbano de Moçambique, nos ilumina mais concretamente a opressão e os graves abusos que a mão de obra africana sofreu naquela cidade nos anos 1950 (Penvenne, 1995).

O primeiro terramoto político que afectou os territórios portugueses na África tropical teve lugar no mês de abril de 1961. No dia 15 de Março, algumas centenas de angolanos aderentes à União das Populações Angolanas trespassaram a fronteira entre a Angola e o Congo-Léopoldville, atacando os postos e as fazendas isoladas, matando não só parte dos colonos europeus que na altura se contavam por alguns milhares, mas também, e antes de tudo, dezenas de milhares de agricultores e trabalhadores agrícolas africanos daquela região. Os massacres provocaram um estado de pânico em parte das forças armadas no distrito do Congo e na sociedade colonial, que foi precipitadamente equipada com armas de fogo, o que resultou em contra-massacres. A catástrofe de 1961 iniciou uma guerra contínua de 13 anos que provocou a morte de centenas de milhares de habitantes africanos, de guerrilheiros e de soldados portugueses, abrindo o caminho para a divisão do país nos trinta anos seguintes, e contribuindo para a perda de prestígio do regime autoritário em Lisboa cujo derrube se desenrolou paralelamente com o conflito na África portuguesa (MacQueen, 1997: 24, 28-36, 53-58).

Para compreender melhor como se criou uma situação que motivou, dum lado, parte da população africana a arriscar uma revolta aberta contra a administração portuguesa, tentaremos estabelecer a ligação

entre o trabalho forçado e as reacções violentas no norte de Angola. Isso afectou particularmente as regiões dos distritos do Congo e de Malange no norte do território onde começou a insurrecção em 1961.

O estudo de A.M. Gentili que se ocupa dos antecedentes da rebelião no distrito de Cabo Delgado no Moçambique mostra-nos que estas interligações podem existir. Os abusos constantes aos agricultores Makonde do norte da província parecem ter tido um papel fundamental no processo da radicalização dos grupos que iniciaram a luta nessa região (Gentili, 1989). Para outras partes, nomeadamente em Moçambique, dispomos de pesquisas sobre a organização escandalosa do trabalho pelos portugueses. Estas não podem, porém, esclarecer-nos acerca da razão pela qual os agricultores regionais estavam dispostos a revoltar-se ainda na década dos anos 1950 (Isaacman/Isaacman, 1983: 41-47).

Uma das particularidades deste estudo é o facto de a documentação nos arquivos portugueses ser abundante, mas em grande parte ainda não estudada, como é o caso no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Diplomático. Mesmo se Aida Freudenthal escreveu uma análise das causas duma revolta anterior ao início da Guerra da Independência, falta-nos por enquanto um estudo sobre a rebelião dos agricultores da Baixa de Cassange no distrito do Malange a partir do mês de Janeiro de 1961, que integre os novos dados sobre esta rebelião, sobre a gravidade das tensões no distrito de Congo vizinho, e sobre os efeitos da política administrativa colonial cuja evolução antes da guerra é quase desconhecida (veja-se Freudenthal, 1995-1999). Neste estudo, tentaremos também chamar atenção para a influência de redes alternativas que participaram na preparação da revolta. Isso inclui movimentos religiosos como a “seita” de Simão Toco cujo número de aderentes cresceu a partir de 1957 nos distritos setentrionais da Angola, mas que depois, curiosamente, desapareceu em 1961. Inclui, por outro lado, a política chamada tradicional, ou seja a estratégia de manipular as regedorias, influentes no norte da província, e especialmente no problema do trabalho forçado. Um aspecto espectacular desse contexto foram os conflitos duros entre grupos diferentes de protestantes e católicos, de lusófonos e francófonos no antigo reino do Congo cuja sucessão foi disputada a partir da segunda metade dos anos 1950.

Finalmente, observaremos os primeiros meses da revolta organizada pela União das Populações Angolanas no norte do território. Reagiram as populações do distrito, possivelmente as mais prejudicadas pelo sistema do trabalho forçado com apoio incondicional à rebelião? Como negociaram a sua adesão a um partido específico? A nossa análise pretende esclarecer um capítulo particularmente interessante da história da guerra de independência, investigando as relações entre sistema de trabalho, descontentamento e revolta. Tencionamos assim igualmente rever revêr um processo cuja descrição historiográfica tipicamente é tradicionalmente dominada por polémicas e propaganda.

2. A exploração e os seus limites: Trabalhar involuntariamente no distrito do Congo, 1957-1961

Na aldeia de Negage-Puri, no concelho do Uíge do Distrito do Congo, teve lugar no dia 4 de Março de 1957 uma reunião surrealista em plena contradicção com as teorias correntes acerca da inflexibilidade geral do sistema colonial português. Um governador de distrito irritado, já sabendo que os seus esforços iam ser em vão, encontrou-se com os chefes administrativos do concelho e do posto, acompanhados dos régulos angolanos dos sectores rurais e dum grupo de 60 agricultores de plantações de café e por uma multidão curiosa de habitantes africanos. Hélio Augusto Esteves Felgas que propagara o trabalho voluntário como prática geral, insistiu face aos ouvintes africanos que eles deviam urgentemente fazer contratos com os proprietários das fazendas. Do ponto de vista da administração portuguesa, as reacções dos agricultores locais eram frustrantes. Apenas alguns se mostravam disponíveis para serem contratados pelo serviço público bem remunerado ou para trabalhos no sector de construção no sul da Angola, particularmente na Baía dos Tigres ou em Mossâmedes³.

Essa proposta pode ter sido motivada pelo facto de um grupo significativo dos habitantes do concelho serem membros do culto tocoista, cujo líder Simão Toco se encontrava internado na Baía. Volta-

³ AHU MU/GM/GNP/135/Cx. 35, Chefe do Concelho de Uíge a Sá Viana Rebelo, Governador Geral de Angola, *Exposição das Actividades Económicas do Concelho do Uíge* (sem número), 07-03-1957, p. 5-6.

remos a esse aspecto mais tarde⁴. Esteves Felgas sentiu-se desamparado e reagiu inicialmente pressionando os chefes tradicionais para convencer os habitantes da sanzala a assinar contratos. Pois, mesmo um governador de reputação liberal não podia imaginar outra alternativa para tomar o trabalho mais atractivo quando confrontado com a resistência passiva dos agricultores africanos das zonas rurais. Era assim que o Chefe de Posto de Bungo na zona do café descrevia a situação⁵.

Esteves Felgas, porém, rapidamente também pôs fim aos sarcasmos dos proprietários brancos que consideravam a falta de mão-de-obra no concelho de Uíge e noutras circunscrições como prova de que os “pretos” eram demasiadamente primitivos e, por consequência, incapazes de trabalhar espontaneamente e sob contrato livre. O governo distrital acusou os colonos europeus de serem responsáveis pela situação complicada que originou o mau tratamento dos agricultores africanos no distrito. Em reacção, o próprio chefe do concelho, cliente dos proprietários de plantação mais poderosos, esforçou-se para desacreditar o seu superior em Luanda. Sublinhou que as medidas de Esteves Felgas eram impróprias e prejudicavam a economia e a ordem geral na zona. A intriga, porém, não teve sucesso. O governador geral de Angola, Sá Viana Rebelo, de acordo com a opinião do governador de distrito, mostrou-se convencido de que prática do trabalho forçado já existia há tempo demais⁶.

Mesmo se o sistema de trabalho voluntário causou alguns problemas iniciais, o processo de transição iniciado por Esteves Felgas revelou-se como medida adequada. Assim, não se verificaram as previsões dos proprietários das plantações de café, que, com a introdução do novo sistema, continuaram a prosperar. Com algum orgulho, o governador de distrito comunicou ao Governador-Geral que o número de queixas de trabalhadores indígenas, elevada até na era de censura e repressão

⁴ AHU MU/GM/GNP/020/Cx. 1, P. Figueiredo, *Sistema de Infiltração Comunista na Província de Angola (Seitas) – Rápidos apontamentos tomados em Junho de 1957* (sem número), sem data.

⁵ AHU MU/GM/GNP/135/Cx. 39, Nogueira, Chefe de Posto de Bungo, *[Relatório]* (sem número), sem data (transcrito no 23-07-1957), 2-3.

⁶ AHU MU/GM/GNP/135/Cx. 35, Chefe do Concelho de Uíge a Sá Viana Rebelo (sem número), 07-03-1957, p. 9.

dos anos quarenta, baixara significativamente⁷. Somente na questão das condições dos trabalhadores para a construção rodoviária é que o governo de distrito não encontrou uma solução apropriada. Assim, vários funcionários continuaram a recrutar mão-de-obra à força para formar equipas de trabalho para a construção e, nalguns casos, a macadamização de interligações dos vários postos.

Como devemos avaliar a credibilidade deste tipo de fontes consultadas? Nas acusações da Liga de Direitos Humanos junto das Nações Unidas, ainda em 1957 havia alusões a um regime de terror no recrutamento no distrito do Congo. Esses relatórios acusavam o governo do distrito de permitir que os “cipaios”, os assistentes armados dos chefes de posto portugueses, pressionassem duma maneira brutal os Bakongo locais no sentido de este se contratarem involuntariamente. Mas Esteves Felgas foi capaz de se defender das acusações contidas na documentação fornecida pela Liga. Em particular, o caso do “menino Antônio”, uma criança angolana forçada a trabalhar nas plantações ainda antes da sua adolescência, foi escândalo proeminente. O caso, que datava já do fim dos anos 40, foi reintroduzido nos anos 50 pelas “testemunhas” da Liga no Congo-Léopoldville, na sua maioria emigrantes bakongo de Angola, isto, quando “Antônio” já era adulto⁸. Evidentemente, embora as condições de trabalho só mudassem lentamente no sentido duma mão de obra regularmente salariada e a administração, em grande parte, tentasse sabotar o processo, temos de permanecer prudentes relativamente aos ataques retóricos de organizações anti-portuguesas. Os movimentos Bakongo seguiam interesses próprios na tentativa de chamar a atenção dum público internacional para a situação “escandalosa” que permanecia no norte da província.

As autoridades centrais em Luanda eram ambíguas relativamente ao rumo da política iniciada por Esteves Felgas. Num comentário visando o relatório do Capitão Pestana de Vasconcelos, enviado para analisar

⁷ AHU MU/GM/GNP/135/Cx. 35, Esteves Felgas a Sá Viana Rebelo, *Respostas às acusações feitas num documento envisado pela Liga Internacional dos Direitos do Homem à O.I.T., Conselho Económico e Social das N.U. e Missão Permanente de Portugal junto da ONU* (sem número), 02-08-1957, p. 21.

⁸ AHU MU/GM/GNP/135/Cx. 35, Esteves Felgas a Sá Viana Rebelo (nº 59/GAB/Sec), 01-08-1957, p. 2-3.

as evoluções na zona cafeeira no norte de Angola, os oficiais do Serviço de Negócios Políticos na capital da província criticaram a estratégia do Governador de Distrito de anunciar o fim do trabalho forçado. Esteves Felgas teria provocado a desobediência dos trabalhadores africanos nas aldeias. Por sua parte, o Inspector Baptista de Sousa atacara, de acordo com o governador de distrito, a mentalidade conservadora dos proprietários europeus, que ele viu como os principais responsáveis por todo o descontentamento na região. Parte dos funcionários portugueses em Luanda estava furiosa por causa dessa iniciativa⁹. O conflito entre o partido reformador no Distrito do Congo e os conservadores em funções subalternas da província e no Serviço de Negócios Políticos prolongou-se no debate sobre a abolição definitiva do trabalho forçado em todas as províncias ultramarinas de Portugal e sobre a extensão dos direitos políticos às populações africanas¹⁰.

Contudo, Esteves Felgas esforçou-se ainda mais para melhorar o regime de trabalho. Na correspondência com o professor Joaquim da Silva Cunha, futuro Ministro do Ultramar, o governador de distrito propôs encontrar um equilíbrio entre os interesses dos fazendeiros e os dos habitantes das aldeias, garantindo a protecção dos títulos de propriedade aos voluntários enquanto ausentes. Eram os regedores que deveriam garantir a protecção dos campos familiares. Esteves Felgas ocupou-se também do futuro profissional dos “assimilados”, trabalhando para que fossem contratados em maior número como capatazes nas fazendas ou até como “engenheiros” para modernizar o sistema agrícola¹¹.

⁹ AHU MU/GM/GNP/135/Cx. 39, Governo Geral de Angola, Serviço dos Negócios Políticos, [Comentário sobre] “Capitão Pestana de Vasconcelos” (sem número), 20-07-1957, 3.

¹⁰ AHU MU/GM/GNP/135/Cx. 39, Manuel Dias Serras, Sub-Director dos Serviços dos Indígenas, Província de Angola, *Informação: Revogação do Estatuto dos Indígenas* (sem número), 04-05-1961; AHU MU/GM/GNP/135/Cx. 39, Silveira Ramos, Chefe do Gabinete dos Negócios Políticos, *Pareceres sobre a Revogação do Estatuto dos Indígenas Portugueses e suas Consequências* (nº 179), 15-11-1961.

¹¹ AHU MU/GM/GNP/135/Cx. 35, Esteves Felgas, *Distrito do Congo: Relatório, 1957 – Elementos pedidos pelo Exmº Professor Joaquim Silva da Cunha* (sem número), sem data [1957], 1-2.

A carreira de Hédio Augusto Esteves Felgas não terminou com a sua intervenção na região cafeeira do distrito do Congo. Antes pelo contrário – foi transferido para o Gabinete dos Negócios Políticos em Lisboa. Ali, ele estava distante da implementação practica das ideias reformistas no campo, mas tinha, ao mesmo tempo, um cargo que lhe permitia esforçar-se ainda mais para garantir a abolição geral do trabalho forçado no império ultramarino de Portugal¹². Assim, imediatamente antes dos acontecimentos sangrentos de Abril de 1961, as condições de trabalho no Distrito de Congo não pioraram, pelo contrário, melhoraram consideravelmente. Essa constatação indica, para já, que as causas das revoltas em Angola são de natureza mais complexa e não se explicam com a simples relação entre a exploração económica e a rebelião.

2. A exploração e os seus limites (II): Revoltas na Baixa de Cassange, Janeiro-Março 1961

Na Baixa de Cassange, região algodoeira do Distrito de Malange, encontramos, de novo, as características principais do distrito vizinho – a mesma frustração dos trabalhadores locais com o sistema de trabalho, a mesma inclinação para aderir a seitas, dando assim uma expressão religiosa ao seu descontento, o mesmo processo de liberalização da administração portuguesa. As particularidades do vale, porém, levaram a uma evolução distinta daquela do Congo português. Os interesses privados que visaram manter o trabalho forçado, neste caso nas plantações de algodão impedindo a remuneração adequada dos cultivadores, mostraram-se mais fortes e coerentes. A Companhia Geral dos Algodões de Angola, COTONANG – empresa dominada por capital belga – controlava, até o fim dos anos 50, as estruturas administrativas no vale (Clarence-Smith, 1983: 436; Freudenthal, 1995-1999: 269-275). Os agricultores eram forçados a vender o algodão a preços não viáveis, assumindo ainda o risco completo pela plantação (Pitcher, 1993: 129-135).

¹² AHU MU/GM/GNP/18/Cx. 1. Esteves Felgas, *Criação, em Angola e Moçambique, de Gabinetes Provinciais de Estudos Políticos (Sugestão apresentada pelo Major Hédio A.E. Felgas)* (nº 15.003.0), 14-07-1960.

No dia 8 de Janeiro de 1961, as populações da região de Milando, em protesto contra o regime explorativo, recusaram continuar a cultura da planta. O chefe do posto de Milando imediatamente requisitou tropas para reagir¹³. Uma patrulha que chegou a Sunginge e lá negociou em vão com o *soba* de Quivota, o líder dos cultivadores revoltosos, também pediu apoio militar para “eliminar” os cerca de 300 “rebeldes”¹⁴. Porém, o encarregado do governo em Malange, deslocando-se a Milando, chegou à mesma conclusão que Esteves Felgas no distrito vizinho do Congo. Mesmo se existisse uma conexão entre agitadores congolezes do partido de Kasavubu e alguns radicais na Baixa, comentou o funcionário, o problema principal era o do cultivo forçado¹⁵. Sublinhou que tencionava analisar as razões dos protestos dos agricultores, melhorar a sua protecção e lutar contra os abusos por parte da COTONANG¹⁶. Esta posição recebeu o apoio do Comandante Militar do Distrito. O major Camilo Augusto de Miranda Rebocho Vaz considerou a “miséria” e a “exploração” das populações pelos administradores locais e pelos seus cipaios ao serviço dos interesses da COTONANG as causas do descontentamento e da violência na Baixa¹⁷. Assim, o capitão Telles Grilo, o Comandante do Quartel de Malange, foi instruído para dar ordem aos caçadores baseados em Milando para se limitarem à manifestação da sua presença, e não atacarem¹⁸. Outros funcionários

¹³ AHU MU/GM/GNP/052/Cx. 3, Alberto Pinto Guimarães, Chefe do Posto de Milando, à Administração da Circunscrição de Cambo (nº 1 – Cópia), sem data.

¹⁴ AHU MU/GM/GNP/052/Cx. 3, Francisco J.S. Barreto, Encarregado da Segunda Brigada da Junta de Exportação de Angola, Malange, a Chefe da Junta de Exportação do Algodão em Luanda (nº 87/1961), 21-01-1961, 1-2.

¹⁵ AHU MU/GM/GNP/052/Cx. 3, Júlio Miguel Montenegro Júnior, Encarregado do Governo de Malange, *Instruções Secretas às Autoridades Administrativas da Circunscrição do Cambo* (sem número), 11-01-1961, 2-3.

¹⁶ AHU MU/GM/GNP/052/Cx. 3, Montenegro Júnior à Álvaro Rodrigues da Silva Tavares, Governador Geral de Angola (nº 9/GAB/SEC), 13-01-1961, 3.

¹⁷ AHU MU/GM/GNP/18/Cx. 1, Major Camilo Augusto de Miranda Rebocho Vaz, Comandante em Malange, *Cópia do Relatório – Secreto – do Batalhão de Caçadores eventual, de 11 Fev 61, na parte que impressa – Nº II* (sem número), 11-02-1961; AHU MU/GM/GNP/18/Cx. 1, Major CEM Manuel dos Santos Moreira, *Informação da 2ª Repartição Relativa ao Relatório – Secreto – de 11Fev61, do Batalhão de Caçadores Eventual* (sem número), 21-02-1961.

¹⁸ AHU MU/GM/GNP/052/Cx. 3, Capitão Telles Grilo, Comandante de Quartel em Malange, a Carvalho, Oficial da Companhia de Caçadores, *Regimento de Infantaria de Luanda, Terceira Companhia de Caçadores Especiais, Documento Operacional Nº 2*

subordinados, inclusive o administrador do concelho de Duque de Bragança e o chefe do posto de Múcari, também exprimiram uma certa compreensão pela frustração dos cultivadores e não implementaram medidas repressivas contra “indivíduos suspeitos”¹⁹.

Os representantes portugueses da Junta de Exportação de Algodão e, naturalmente, da COTONANG, chegaram a uma conclusão completamente diferente: apontaram a presença de “indivíduos suspeitos” do Congo-Léopoldville, para eles provando que o comunismo internacional, representado tanto pelo partido ABAKO do presidente congolês Kasavubu, como pelo Partido Socialista Africano do Congo, que estava em revolta no leste do país independente, tentavam fazer surgir tendências revolucionárias. Tirariam partido das mentes “primitivas” dos “Holos” e “Bângalas”, grupos locais²⁰. Os funcionários da Junta de Exportação do Algodão na Baixa acusavam aqueles “agitadores” de praticarem rituais mágicos aproveitando-se da superstição dos cultivadores do vale²¹. Em particular, o “culto de Maria” praticado por uma seita sincretista, menos influente, porém, que a de Simão Toco, mas que servia ocasionalmente como meio de protesto social, era visto pela Junta como porta-voz de uma soba da região, de nome Maria, acusada de ser uma das líderes da “subversão”²². Os representantes da Junta e da COTONANG protestavam contra o que eles chamaram “falta de reacção” por parte da administração e contra a sua inclinação para acusar os órgãos algodoeiros de terem provocado a revolta com o seu

– “Operação Tigre” (nº 1/3CCE), 12-01-1961, 1; AHU MU/GM/GNP/052/Cx. 3, Telles Grito a Silva Santos, Tenente em Sungige, *Regimento de Infanteria de Luanda, Terceira Companhia de Caçadores Especiais, Cópia do Documento Operacional*– “Operação Tigre” (nº 3/3CCE), 11-01-1961.

¹⁹ AHU MU/GM/GNP/052/Cx. 3, PIDE, *Informação* – [Baixa de Cassange] (nº 696/61-G.U.), 29-03-1961, 3.

²⁰ AHU MU/GM/GNP/052/Cx. 3, PIDE, Delegação de Angola, *Informação* [– Baixa de Cassange] (nº 216/61-GU), 27-02-1961, 1-3.

²¹ AHU MU/GM/GNP/052/Cx. 3, Francisco J.S. Barreto a Chefe da Junta de Exportação do Algodão em Luanda (sem número – Cópia), 30-01-1961, 2

²² AHU MU/GM/GNP/052/Cx. 3, Alberto M. Quadros, Chefe dos Serviços Técnicos da Junta de Algodão de Angola, *Evolução dos acontecimentos na Baixa de Cassange desde o natal de 1960. Forma como ali se vem desenvolvendo o movimento de insubordinação* (nº 19), 06-02-1961, 5-6; AHU MU/GM/GNP/052/Cx. 3, COTONANG, *Sector de Quela I: Concentração de Quissua* (sem número), 25-02-1961.

regime repressivo de culturação²³. Não obstante, as autoridades superiores civis e militares de Malange proibiram as tropas em Milando e as patrulhas que negociaram com sobas revoltantes, de usarem a força para pacificarem os habitantes da Baixa de Cassange²⁴. Embora os administradores portugueses usassem frequentemente argumentos de estratégia para a “justificação” da sua alegada “passividade”, a compreensão das populações oprimidas foi o motivo principal para a não intervenção²⁵.

Esse motivo, do ponto de vista dos agentes da COTONANG, predominava nos casos dos funcionários que eram “de cor”, como por exemplo o Doutor Júlio Monteiro, encarregado do Governo de Malange, ou o chefe de posto de Múcari, cabo-verdeano e “quase preto”²⁶. Quem também não estava de acordo com as atitudes passivas era o governador do distrito vizinho de Lunda, que incluía uma parte do vale. Tinha-se deslocado imediatamente à região de Capendo Cuango na concessão da Companhia dos Diamantes, DIAMANG, para lá perseguir os trabalhadores fugidos das minas²⁷. A maioria dos colonos europeus no distrito de Malange que não estavam ligados à COTONANG também rejeitou a política de Júlio Monteiro²⁸. Quando o Governador Geral em Luanda designou o seu sucessor, apesar de até aí ter sempre apoiado a estratégia mais liberal de Monteiro e de Esteves Felgas, o clima de

²³ AHU MU/GM/GNP/052/Cx. 3, Daun e Lorena, Agente da COTONANG na Baixa de Cassange, ao Administrador-Delegado da Companhia Geral dos Algodões de Angola (sem número), 28-02-1961; Pereira de Carvalho, Director Geral da Companhia dos Algodões de Angola, ao Administrador-Delegado da COTONANG (nº A-45/61), 22-02-1961.

²⁴ AHU MU/GM/GNP/052/Cx. 3, Manuel A. Morais Martins, High Inspector of Administrative Affairs, *Apontamento: Os Incidentes na Baixa de Cassange* (nº 14), 30-01-1961, 6.

²⁵ AHU MU/GM/GNP/18/Cx. 1, General A. Monteiro Libório, Comandante Militar de Angola, Estado-Maior, Segunda Repartição, *Cópia do Despacho Relativo ao Nº II do Relatório Secreto de 11 Fevereiro 61 do Comandante do Bat. de Caç. Eventual* (sem número), 21-02-1961.

²⁶ AHU MU/GM/GNP/052/Cx. 3, PIDE, Delegação de Angola, *Informação - [Baixa de Cassange]* (nº 216/61-GU), 27-02-1961, 5; AHU MU/GM/GNP/052/Cx. 3, PIDE, *Informação - [Baixa de Cassange]* (nº 696/61-G.U.), 29-03-1961, 4.

²⁷ AHU MU/GM/GNP/052/Cx. 3, PIDE, Delegação de Angola, *Informação - [Baixa de Cassange]* (nº 237/61-GU), 28-02-1961.

²⁸ AHU MU/GM/GNP/052/Cx. 3, J.M. Pereira de Carvalho a Administrador-Delegado da COTONANG em Angola (nº A-49/61), 27-02-1961.

compreensão pelo descontentamento dos habitantes da Baixa de Cassange aproximou-se do fim²⁹. Contudo, uma política mais repressiva teve resultados ambíguos.

Embora os chefes das Forças Armadas portuguesas no Ultramar quisessem acabar com a revolta no vale, ordenando até o bombardeamento aéreo de grupos e de aldeias, insistiram que a acção militar deveria ser acompanhada de esforços para melhorar as condições de trabalho, a causa principal da rebelião dos cultivadores pacíficos³⁰. O Ministério do Ultramar português mostrou-se bastante preocupado face às estatísticas de vítimas³¹. Oficialmente falava-se em 34 em vez de 300 mortos indígenas, afastando assim os números de um massacre genocidário já mítico...³² O prestígio internacional jogou aí um forte papel, mas também a convicção de ter havido uma reacção prudente, não agressiva, a uma revolta que tinha tido a sua origem no tratamento abusivo no sector económico.

No decurso de Fevereiro de 1961, as tropas portuguesas “acalmaram” progressivamente e à força a região de Marimba. Noutra acção militar, Xamuteba foi “pacificada”, e os primeiros sobas participantes na rebelião, inclusive o importante regedor de Quinguangua, capitularam. Outros desapareceram no mato³³. Unicamente no “reino” de Culaxingo, regedor dos Bângalas, a resistência permanecia e provocou ataques aéreos portugueses³⁴. Na segunda metade de Março, a P.I.D.E. anunciou a “normalização” do comportamento dos cultivadores angolanos na Baixa³⁵. Para alcançar aquele objectivo, as populações foram

²⁹ AHU MU/GM/GNP/052/Cx. 3, PIDE, Delegação de Angola, *Informação - [Baixa de Cassange]* (nº 347/61-GU), 20-03-1961.

³⁰ AHU MU/GM/GNP/18/Cx. 1, Julio Botelho Moniz, Ministro da Defesa, *Despacho* (sem número), 27-02-1961.

³¹ AHU MU/GM/GNP/052/Cx. 3, Angelo Ferreira, Chefe do Gabinete do Ministério do Ultramar, à Direcção do Gabinete dos Negócios Políticos (nº 844/B/6/4/FC/EC), 10-03-1961.

³² AHU MU/GM/GNP/052/Cx. 3, Agência Geral do Ultramar, *Comunicado à Imprensa* (sem número), sem data (comunicado no 11-03-1961), 2.

³³ AHU MU/GM/GNP/052/Cx. 3, Pereira de Carvalho a Administrador-Delegado de COTONANG (nº A-44/61), 22-02-1961, 1; AHU MU/GM/GNP/052/Cx. 3, Secção COTONANG de Malange, *Sector de Quela I: Concentração de Quíssua* (sem número), 25-02-1961.

³⁴ AHU MU/GM/GNP/052/Cx. 3, J.M. Pereira

³⁵ AHU MU/GM/GNP/052/Cx. 3, PIDE, Delegação de Angola, *Informação - [Baixa de Cassange]* (nº 347/61-GU), 20-03-1961.

gravemente intimidadas e punidas. As Forças Armadas portuguesas utilizaram a intervenção de caçadores especiais para prender os habitantes suspeitos da Baixa em Cacuso, Aldeia Formosa, Lombo e Cahombo, dos quais 112 foram internados sob condições dramáticas³⁶.

Tanto os agentes da P.I.D.E., como alguns administradores da COTONANG na Baixa de Cassange, e o inspector Manuel Moraes Martins, enviado do Ministério do Ultramar para relatar sobre a evolução da revolta, interpretaram a violência como resultante de agitação comunista escondida por detrás duma fachada tradicional e espiritualista. A conclusão final dos responsáveis do Ministério, porém, foi outra. De acordo com o indicado por parte dos militares e da administração, João Baptista Pereira Neto, enviado especial do Gabinete dos Negócios Políticos e encarregado de esclarecer finalmente os acontecimentos na Baixa, acusou fortemente a COTONANG. Pereira Neto explicou que a companhia explorava os cultivadores, lhes pagava preços miseráveis e corrompia os administradores, que se dedicavam exclusivamente à protecção dos interesses da empresa³⁷. Quem aproveitava essa situação, segundo Pereira Neto, era unicamente a companhia concessionária que rejeitava melhorar verdadeiramente a infraestrutura e se limitava à exploração dos agricultores angolanos, que ainda por cima tinham de assumir todo o risco. Neto até contradisse mesmo a opinião conciliante do Governador Geral relativamente a COTONANG prevendo dificuldades noutras zonas de algodão, em particular em Catete, e nas áreas de cultivo forçado do rícino, situadas perto de Benguela e de Luanda³⁸.

Um ano depois da abolição do trabalho forçado e sob a influência da guerra colonial, a repressão nas zonas algodeiras parecia ter mais ou menos desaparecido. Mas, segundo aos relatórios do Gabinete dos Negócios no Ministério do Ultramar, essa impressão resultava duma análise superficial. Embora a Baixa de Cassange se mostrasse relativamente calma, os cultivadores de algodão trabalhando nas plantações

³⁶ AHU MU/GM/GNP/052/Cx. 3, PIDE, *Informação – [Baixa de Cassange]* (nº 696/61-G.U.), 29-03-1961, 1

³⁷ AHU MU/GM/GNP/18/Cx. 1, João Batista Pereira Neto, Membro do Gabinete dos Negócios Políticos, Ministério do Ultramar, *Apontamento: Considerações sobre a Cultura Algodeira da Baixa do Cassange* (sem número), 14-03-1961, 1-3, 28-34.

³⁸ AHU MU/GM/GNP/18/Cx. 1, João Batista Pereira Neto, *Apontamento: Considerações sobre a Cultura Algodeira da Baixa do Cassange* (sem número), 14-03-1961, 35, 50.

concessárias de Catete estariam prestos a entrar em revolta. Os funcionários explicaram a ameaça duma nova revolta agrária com a pressão de representantes do Instituto do Algodão de Angola (sucessor da Junta de Algodão e constituído por pessoal quase idêntico), que teriam forçado os administradores locais a não implementar regras mais estritas contra os proprietários das grandes concessões³⁹. Mesmo se o problema dos abusos por parte da direcção dum trabalho semi-forçado não tivesse desaparecido por completo nas zonas de Malange e de Catete até 1962, as reacções em Lisboa mostram que uma exploração sistemática já não se tolerava. Assim, são testemunho duma mudança radical na organização prática do trabalho à partir de 1961, sendo ela, evidentemente, um fenómeno tardio em comparação com o processo no Congo português.

4. Redes conspirativas (I): O triunfo do Simão Toco

Para além do trabalho forçado, outras evoluções influenciavam as atitudes e a disposição para a resistência contra o regime colonial no norte de Angola. É importante distinguir esses processos do descontentamento sobre as condições de trabalho nas plantações e nas culturas forçadas. Enquanto parte da administração portuguesa se esforçava para a implementação duma reforma profunda e para humanização do sistema de trabalho, o apoio de bastantes habitantes nas zonas rurais já tinha sido perdido.

Aspectos religiosos tiveram um papel considerável nessa evolução. Em 1949, os alunos duma escola missionária baptista perto de Leopoldville, no Congo Belga, teriam testemunhado o aparecimento do Espírito Santo, que penetrou nos corpos das pessoas presentes. Simão Toco, David Luvualo e André Landro, os futuros líderes da seita, fundaram a sua autoridade nesse acontecimento⁴⁰. A seita utilizava uma série de

³⁹ AHU MU/GM/GNP/052/Cx. 3, Ministério do Ultramar, Gabinete dos Negócios Políticos a Venâncio Augusto Deslandes, Governador Geral de Angola, *Apontamento* (nº 265), 26-06-1962, 1-3.

⁴⁰ AHU MU/GM/GNP/020/Cx. 1, sem assinatura, *Entrevista com Simão Gonçalves Toco, na Ponta Albina em 2 de Agosto de 1957* (sem número), sem data; AHU MU/GM/GNP/020/Cx. 1, Intendência Administrativa do Distrito do Congo, *[Testemónio:] Luvual*

símbolos seleccionados de carácter sincretista. A cruz não era incluída sendo ela a insígnia por excelência da religião cristã, mas a seita conservava costumes da cultura ocidental como a árvore ou a festa do Maio⁴¹.

Expulsos do Congo pelas autoridades belgas, os membros da seita chegaram a Angola. O Governo Geral ordenou que a maioria fosse internada no colonato de Bembe, no Vale de Loge no Distrito do Congo, enquanto os líderes foram exilados para a Baía dos Tigres no sul da província, perto da fronteira com a Namíbia⁴². Na opinião dos grupos liberais na administração, esta precaução seria suficiente para garantir o isolamento da seita⁴³.

Estavam errados, como provam, já em 1955, cartas interceptadas de angolanos tocoístas da região do Colonato de Cela a irmãos em espírito residentes em Léopoldville⁴⁴. Os contactos foram amplos. Mas não só as cartas estavam em pleno confronto com os interesses da administração portuguesa. Em 1956, Esteves Felgas comunicou ao Governo Geral em Luanda que os profetas do tocoísmo até influenciavam mesmo a moda no campo. Assim, as mulheres das aldeias teriam de cobrir a cabeça com lenços atados na frente. E mais: os cultivadores recusavam o consumo de mercadoria importada de modo a poupar dinheiro para poder apoiar a seita. No povo de Guimbala, Esteves Felgas descobriu mesmo uma antena instalada em cima duma sanzala, utilizada para “receber” mensagens espirituais dos profetas⁴⁵. Os administradores mostravam-se irritados.

David (sem número), sem data; AHU MU/GM/GNP/020/Cx. 1, Intendência Administrativa do Distrito do Congo, [Testemónio:] Landro André (sem número), sem data.

⁴¹ AHU MU/GM/GNP/020/Cx. 1, André Gonçalves Pereira, *Documento 2: [Tocoísmo e símbolos]* (sem número), 10-02-1957, 5-6.

⁴² AHU MU/GM/GNP/020/Cx. 1, P. Figueiredo, *Sistema de Infiltração Comunista na Província de Angola (Seitas) – Rápidos apontamentos tomados em Junho de 1957* (sem número), sem data, 6.

⁴³ AHU MU/GM/GNP/135/Cx. 35, Esteves Felgas, *Estradas – Ordem Pública e Tranquilidade Social* (sem número), sem data [1957], p. 6-7.

⁴⁴ AHU MU/GM/GNP/135/Cx. 39, Gniga Daniel a Ngulu Sebastião (sem número), 10-08-1955; AHU MU/GM/GNP/135/Cx. 39, Dombaxa Pedro a Ngulu Sebastião (sem número), 14-08-1955.

⁴⁵ AHU MU/GM/GNP/135/Cx. 39, Hélio Augusto Esteves Felgas, *Ofício de 25.9.1956, do Governo do Congo (Admin. Hélio Felgas) para o Director dos Serviços de Admin. Civil* (sem número), sem data, 1-3.

Nesta altura, os tocoistas perguntavam-se porque não era aceite a autoridade espiritual de Simão Toco pelos Portugueses e sublinhavam a lealdade do seu líder para com o estado em Angola⁴⁶. Mas as fontes não deixam dúvida acerca da existência duma extensa rede de contactos utilizada, antes de tudo, para o envio de grandes quantidades de dinheiro, transferidas mais ou menos voluntariamente das aldeias do norte da província para Vale de Loge, a sede da seita⁴⁷. Nalgumas zonas, os tocoistas usaram crianças como emissários para o transporte das contribuições regulares⁴⁸. De 1955 a 1957, essa rede expandiu-se ainda mais e estabeleceu-se mesmo nas grandes aglomerações de Luanda e de Benguela⁴⁹. A atitude das autoridades “tradicionais” face ao tocoismo foi ambígua, mas é evidente que o potencial de pressão oriundo da seita era enorme. Quem não apoiava logo os enviados de Vale de Loge e da Baía dos Tigres, era intimidado pelos representantes do tocoismo⁵⁰. Boatos sobre assaltos da autoria da seita circulavam particularmente no distrito do Congo, e sem dúvida houve mais do que um agricultor angolano que perdeu quantidades consideráveis de café, ou mesmo as suas charruas às mãos dos tocoistas⁵¹. Esteves Felgas, apesar disso, recusou-se a reagir de maneira repressiva, obrigando mesmo os cultivadores locais a tolerar os crimes sem protesto público. O comando militar de Angola comentou que os tocoistas gozavam no Distrito do Congo duma posição fortemente privilegiada. Foram dispensados do serviço militar e gozavam de impostos consideravelmente

⁴⁶ AHU MU/GM/GNP/135/Cx. 39, António Bigi, residente em Luanda, caixa postal n.º 2298, escreve a João Mancoca, residente na Baía dos Tigres, colocado no Abastecimento de Água, 17.3.1957 (sem número), sem data, 1.

⁴⁷ AHU MU/GM/GNP/020/Cx. 1, Afonso Domingues Pereira, habitante do Colonato do Vale de Loge, a Isabel Nzila, esposa de António da Silva, Povo Dembo Nzole, Maquela do Zombo) (sem número, tradução do Kikongo), 11-07-1957.

⁴⁸ AHU MU/GM/GNP/020/Cx. 1, Samuel Capitão, líder tocoista em Luanda, a Pedro Taia (sem número), 14-08-1957.

⁴⁹ AHU MU/GM/GNP/020/Cx. 1, Daniel Tunga, líder tocoista em Luanda, a Pedro Muica, representante tocoista na Povoação Banza Fuéfué, Sede Maquela do Zombo (sem número, tradução do Kikongo), 31-07-1957, 1.

⁵⁰ AHU MU/GM/GNP/135/Cx. 39, Nogueira, Chefe de Posto de Bungo, a Governo de Distrito de Congo (sem número), sem data (transcrito no 23-07-1957), 1.

⁵¹ AHU MU/GM/GNP/020/Cx. 1, Intendência Administrativa do Distrito do Congo, [Correspondências de Seitistas] (sem número), sem data.

reduzidos⁵². Essa política parece ao primeiro olhar contraditória, e mesmo notável, tendo em consideração a posição tradicionalmente dura do regime de Salazar face a movimentos emancipadores. Mas Esteves Felgas e parte da administração local queriam implementar uma nova política mais generosa.

Essa política resultou numa instabilidade geral, particularmente no norte da província onde a seita mantinha uma influência crescente junto das autoridades tradicionais. Parece que no inverno de 1957 aldeias inteiras se preparavam para o regresso de Jesus, ou dos seus profetas ao serviço de Simão Toco⁵³. Mas quando parte da liderança da seita retirou fundos para fins privados, a coerência do movimento rompeu-se logo. Assim, Samuel Capitão e André Landro foram os principais acusados desses actos de traição e perderam os seus postos na seita⁵⁴. A grande reunião do movimento tocoista na povoação de Fuéfué acabou em confronto generalizado⁵⁵.

A seita tocoista perdeu o seu papel mobilizador ainda antes da invasão das tropas da UPA em 1961, mas é evidente que redes religiosas originárias da colónia vizinha do Congo belga onde foram mais duramente perseguidas no decurso dos anos 1950, continuaram bastante influentes. O que foi feito dos militantes da seita depois de 1957? Para além do caso da seita tocoista, dispomos de outros exemplos que provam a persistência de movimentos religiosos na vida política de Angola, antes de tudo na zona cafeeira. Os profetas Clemente Ilunga e N'Gola Xiluanhe do Congo belga, que contrariamente à seita de Simão Toco eram oriundos dum contexto missionário católico, tornaram-se muito populares como necromantes em algumas zonas rurais da região de Lobito e na

⁵² AHU MU/GM/GNP/020/Cx. 1, Comandante Militar de Angola, [*Comentário relativo à estratégia do Governo do Distrito do Congo*] (sem número), sem data.

⁵³ AHU MU/GM/GNP/020/Cx. 1, Kolokako Sebastião, membro da seita tocoista de Léopoldville, a Pedro Taia, líder tocoista no Povo Banza Gando, Maquela do Zombo (sem número, tradução do Kikongo), 29-07-1957

⁵⁴ AHU MU/GM/GNP/020/Cx. 1, Intendência Administrativa do Distrito do Congo, [*Testemónio:*] Landro André (sem número), sem data; AHU MU/GM/GNP/020/Cx. 1, Francisco Barros Xavier Martins, Intendente Administrativo do Distrito do Congo, a Silva Cunha (sem número), 13-11-1957, 1.

⁵⁵ AHU MU/GM/GNP/020/Cx. 1, Daniel Araújo Finda, enviado tocoista do Colonato do Vale do Loge, a Pedro Taia, líder tocoista em Maquela do Zombo (sem número, tradução do Kikongo), 08-08-1957.

ocasião das suas peregrinações eram venerados por centenas de angolanos⁵⁶. Na região dos postos de Galangue e Sambo, “santos” influenciaram o comportamento dos agricultores indígenas, que foram impedidos de cultivar as lavras e forçados a vender os seus bens de cor preta. Os seus rituais incluíram mesmo a exposição pública dum cadáver de criança, tudo em nome da Virgem Maria e da sua segunda vinda num futuro próximo⁵⁷. A mesma esperança pela ressurreição de Maria no lugar de Jesus Cristo, cuja vinda foi profetizada pelos Tocoístas, teve um papel importante na organização da resistência rural na Baixa do Cassange. Na região de Cabinda, era a seita de Zéphérym Lassy quem controlava a região fronteiriça⁵⁸.

O exemplo da seita de Simão Toco e dos outros cultos mostra que existiu continuamente um potencial messiânico em Angola, particularmente apoiado pela política conciliatória dos governos de distrito no norte de Angola, mesmo se involuntariamente. Em março de 1961, depois de a sublevação já ter começado nalgumas partes do distrito do Congo, a UPA utilizou a divulgação de emissários seitistas, chamados “Kimbanguístas” pelos agentes da PIDE, mas que pertenceram provavelmente à seita tocoísta⁵⁹. Como não dispomos de fontes que explicitamente provem a ligação desses grupos com a revolta da UPA, tivemos de limitar-nos a algumas hipóteses especulativas. Todavia, é provável que parte da indocinação religiosa fosse visível nos ataques e nos massacres de Abril de 1961, como foi o caso na Baixa de Cassange a partir de Fevereiro do mesmo ano. Para a enclave de Cabinda, a ligação entre seita e rebelião parece-nos ser ainda mais evidente⁶⁰.

⁵⁶ AHU MU/GM/GNP/135/Cx. 39, Rebelo Pinto, Administrador de Lobito, [*Passagem de Profetas*] (sem número), 29-07-1957.

⁵⁷ AHU MU/GM/GNP/135/Cx. 39, sem assinatura, *Dos Actos de Averiguações Administrativas acerca dos Santos – Posto Administrativo do Saculo (1955)*, Nova Lisboa (sem número), 09-08-1957, p. 2-3.

⁵⁸ ANTT, AOS/CO/UL-32-A-2, PIDE, *Informação [- Kabinda]* (n° 815/60-GU), 21-12-1960.

⁵⁹ ANTT, AOS/CO/UL-32, PIDE, *Informação – Fronteira Congo-Angola* (n° 693/31-GU), 27-03-1961. Veja também ANTT, AOS/CO/UL-32-A-1, PIDE, *Informação – [ABAKO]* (n° 743/60-GU), 13-12-1960, p. 2. Porém, uma investigação no campo seria necessária para esclarecer finalmente. Agradecimentos a Emmanuel Esteves e Manzambi Vuvu Fernando pelos seus comentários nessa altura.

⁶⁰ ANTT, AOS/CO/UL-32, PIDE, *Informação - [Lassy - Cabinda]* (n° 4875/60-GU), 26-12-1960.

5. Redes conspirativas (II): Política tradicional vs. política de contesto

Depois da morte do rei do Congo, Pedro VII, no distrito angolano do mesmo nome viu-se pela primeira vez como a liberalização das estruturas políticas em combinação com uma política que se pode designar como “tradicional” podia criar uma situação completamente nova, desconhecida pelas autoridades coloniais. Os regedores da região de São Salvador favoreciam o secretário Casimiro da Agua Rosada como sucessor do falecido rei, garantindo a continuidade da política local⁶¹. Mas a maioria dos eleitores preferia, de início, um *soba* da tribo dos Kivuzi, Gama de nome, enquanto os Bakongo vindo do Médio Congo e do Congo Belga por sua parte apoiavam maioritariamente Quidito, um outro Kivuzi. Embora parte dos eleitores Bakongo do outro lado da fronteira nacional, em particular os membros da Liga dos Muxicongos, estivesse mais inclinada a votar por um quarto candidato, Barros Nekaka, a pressão dos aderentes de Quidito no interior desse grupo era tal que os sobas eleitores não viam alternativa senão optar por aquele candidato. Porém, o administrador português em São Salvador, Manuel Martins, impediu com sucesso que Quidito fosse eleito declarando que ele não era elegível por ser um indígena. Satisfeitos com outro compromisso, os eleitores Bakongo sob pressão das populações para além da fronteira aceitaram a nomeação de Gama como António III, rei do Congo. Por seu lado, o novo rei teve de aceitar dois delegados dos Bakongo do Congo-Leopoldville, Pinock e Borrvalho, como conselheiros especiais⁶².

Todavia, o bom entendimento entre o novo regente e os seus influentes conselheiros francófonos durou pouco tempo. Em 1957, António III despediu os dois chefes Bakongo do Congo belga. Em consequência, foram proferidas ameaças massivas de agitação dos grupos políticos activos, e parte dos descontentes integrou-se nos

⁶¹ AHU MU/GM/GNP/135/Cx. 39, Silva Cunha, [*Seitas*] (sem número), 13-12-1956, p. 96-97.

⁶² AHU MU/GM/GNP/135/Cx. 35, Distrito do Congo, *Estradas – Ordem Pública e Tranquilidade Social* (sem número), sem data [1957], p. 1-2.

circulos da Liga dos Muxicongos e dos Filhos do Congo que recebavam uma invasão Bakongo no reino⁶³.

Um conflito de carácter religioso tornou a situação das estruturas tradicionais no Distrito do Congo ainda mais complicada. Depois da demissão de Pinock e Borralho, António III confiava cada vez mais nos conselhos do Padre Felletti da missão católica em São Salvador. Esse clérigo acusou em várias ocasiões a atitude dos protestantes Bakongos chamando-lhes como heréticos. Era enorme o descontentamento desse grupo, que via o rei como marioneta dos missionários e logo não merecedor do trono. O ex conselheiro, Pinock, tirou proveito dessa situação e convenceu os protestantes da cidade de São Salvador a protestar publicamente com marchas e manifestações nas ruas. Esteves Felgas, de início, não reagiu, limitando-se a culpar o rei e o Padre Felletti pelo agravamento do conflito. Apenas quando os manifestantes se juntaram em frente do palácio real, o intendente de São Salvador fez intervir as forças policiais, prendendo os principais líderes e exilando Pinock para o outro lado da fronteira. No entanto, o Governador de Distrito esforçou-se para que ninguém fosse preso “injustamente”⁶⁴.

A iniciativa de Esteves Felgas acalmou, momentaneamente, a situação conflictuosa no reino do Congo. Disciplinando Felletti e o chefe da missão baptista no distrito do Congo, Handcock, o Governador tratava os Bakongo católicos e protestantes como iguais e discutiu com os diferentes sobas subalternos, até com aqueles regedores protestantes que tinham sido presos depois dos protestos. O empenho de Esteves Felgas garantiu a reconciliação entre as diferentes autoridades do reino, com a excepção dos antigos conselheiros que não podiam voltar. O chefe de posto de Nôqui, porém, tentou restabelecer relações normais mesmo com os grupos mais radicais para além da fronteira e encontrou-se com Pinock e Barralho em território belga⁶⁵.

⁶³ AHU MU/GM/GNP/135/Cx. 39, Silva Cunha, *[Seitas]* (sem número), 13-12-1956, p. 6-7.

⁶⁴ AHU MU/GM/GNP/135/Cx. 35, Esteves Felgas, *Estradas – Ordem Pública e Tranquilidade Social* (sem número), sem data [1957], p. 2-3.

⁶⁵ AHU MU/GM/GNP/135/Cx. 35, Esteves Felgas, *Estradas – Ordem Pública e Tranquilidade Social* (sem número), sem data [1957], p. 4.

Dois anos mais tarde, revelou-se como era frágil este consenso. Em 1959, morreu subitamente António III, possivelmente envenenado. A vacância do trono originou um novo conflito sobre o sistema eleitoral e a questão de quem é que devia ter direito de voto. Os Bakongo da região de São Salvador tentaram impedir a classe política do Congo Belga de influenciar os eventos no território vizinho e, particularmente, acabar com a propaganda vindo do outro lado da fronteira⁶⁶. Os contestários, por seu lado, nem conseguiram juntar o apoio para um candidato próprio. Parte do grupo Bakongo dos países vizinhos organizou-se na associação Ngwizani a Kongo que sublinhou a sua lealdade para com o antigo rei alegadamente assassinado e a defesa da integridade do reino, todavia exigindo um papel mais forte dos Bakongo do outro lado da fronteira em questões de política local⁶⁷. É incerto se a NGWIZAKO se preparava para uma insurreição armada entre os anos 1959 e 1961, enquanto as autoridades portuguesas não satisfaziam as reivindicações dos Bakongo radicais para realizar uma eleição entre todos os Bakongo, incluindo aqueles que viviam nos dois Congos independentes (veja-se, porém, Mateus, 2004: 212). Pelo menos, na sua correspondência com Joseph Kasavubu, presidente do Congo-Léopoldville, a liderança do grupo em Boma pretendeu lutar pela soberania do Congo português⁶⁸. De facto, sabemos de duas missões de delegados enviadas a São Salvador para chegar a um novo acordo com a administração portuguesa⁶⁹. O objectivo expresso dos líderes da NGWIZAKO, Luis Disunzaka e José dos Santos Kasakanga, era que as eleições se realizassem ainda no início de 1961⁷⁰. Mesmo com o administrador português de Luvo a rejeitar entrar em negociações oficiais com os enviados de Kasakanga, houve consultas secretas perto da fronteira. Desta vez, os aderentes

⁶⁶ ANTT, AOS/CO/UL-34, Ministério de Defesa Nacional, Gabinete do Ministro, *Análise da Situação na Província de Angola* (sem número), sem data [1959], p. 4.

⁶⁷ ANTT, AOS/CO/UL-32-A-1, Comitiva da Associação Ngwizani a Kongo (NGWIZAKO) a Silva Tavares, Governador Geral de Angola (sem número), 20-09-1960, p. 1.

⁶⁸ ANTT, AOS/CO/UL-32-A-1, PIDE, *Informação - [Rei do Congo]* (n° 476/60-GU), 01-10-1960, p. 1-2.

⁶⁹ ANTT, AOS/CO/UL-32-A-1, NGWIZAKO, *Declaração* (sem número), 08-09-1960.

⁷⁰ ANTT, AOS/CO/UL-32-A-1, Luis Disunzaka, Secretário Geral da NGWIZAKO, e José dos Santos Kasakanga, Presidente Geral da-NGWIZAKO, a Kasavubu, Presidente do Congo-Léopoldville (n° PG./012/60), 26-12-1960.

da NGWIZAKO contentaram-se com promessas do enviado português⁷¹. Um mês antes da invasão rebelde no norte de Angola, a NGWIZAKO ainda reactivou as negociações com as autoridades portuguesas, falando abertamente e afastando-se, assim, da retórica intransigente da UPA⁷². Estes dois grupos foram, em todos os casos, completamente hostis⁷³.

Porém, a posição da UPA também não era exclusivamente a dum movimento “modernista” que reagisse aos abusos e à repressão por parte dos portugueses na administração de Angola ou dum distrito angolano. Parte dos emigrantes Bakongo de Angola em Léopoldville viu Holden Roberto como futuro rei dum Congo autónomo e participaram na UPA para mudar a direcção da política no reino tradicional do Congo. Quem estabeleceu uma ligação entre a disputa anterior pelo trono e a agitação da UPA foi Pinock, que obteve o posto de líder do movimento em Matadi, no Congo Belga⁷⁴. Torna-se, assim, visível que parte do descontentamento pela resolução da sucessão no trono do reino congolês teve impacto directo na luta da UPA.

Não obstante isso, os aderentes de Holden Roberto no Congo Belga não chegaram a unir-se com as outras forças que não concordavam com a política tradicional no reino. Assim, os membros da NGWIZAKO detestavam os líderes da UPA e trabalhavam contra os interesses de Holden junto do governo Kasavubu⁷⁵. Em consequência, não foram obtidos resultados significativos na tentativa de dominar a sociedade tradicional no norte angolano. Pelo contrário: face às acções do NGWIZAKO, Holden Roberto concluiu que deveria entrar directamente na luta pelo poder na colónia.

⁷¹ ANTT, AOS/CO/UL-32-A-1, PIDE, *Informação – [Rei do Congo]* (nº 769/60-GU), 14-12-1960.

⁷² ANTT, AOS/CO/UL-32-A-1, PIDE, *Informação – [Rei do Congo]* (nº 305/61-GU), 14-03-1961, p. 1.

⁷³ ANTT, AOS/CO/UL-32, PIDE, *Informação – [UPA]* (nº 744/60-GU), sem data.

⁷⁴ AHU MU/GM/GNP/18/Cx. 1, Hélio Augusto Esteves Felgas, *Informação acerca da Actividade dos Partidos Políticos Angolanos* (nº 11), 18-01-1961, p. 1-2.

⁷⁵ ANTT, AOS/CO/UL-32-A-1, “Comitativa da Associação Ngwizani a Kongo” a Silva Tavares (sem número), 20-09-1960, p. 1; ANTT, AOS/CO/UL-32-A-1, PIDE, *Informação – [Rei do Congo]* (nº 476/60-GU), 01-10-1960; ANTT, AOS/CO/UL-32, PIDE, *Informação – [UPA]* (nº 840/60-GU), 22-12-1960; ANTT, AOS/CO/UL-32, Esteves Felgas, *Informação acerca de Actividades Anti-Portuguesas no Congo Ex-Belga* (nº 13), 23-02-1961, p. 1.

6. Começa a revolta: Preparações para uma *levée en masse*

Depois de ter analisado dois factores que tiveram evidentemente um impacto maior que a resistência contra o trabalho forçado, olhemos agora para o início concreto das lutas no norte da província e para as contra-medidas tomadas pela administração portuguesa e pelos seus parceiros angolanos. Os primeiros já em 1959 consideravam a UPA um perigo para a paz mas apostaram – embora mal, como sabemos hoje – que a sua influência, seria principalmente nas cidades e em Cabinda⁷⁶. O comandante militar português em Luanda, Carlos Nascimento e Silva, exigiu mais prudência no controle dos distritos. Ao mesmo tempo, porém, assumiu que o ataque dos rebeldes iria ter lugar em Cabinda⁷⁷. Os líderes das Forças Armadas, sobrestimando naquela altura a probabilidade duma unificação dos grupos de resistência – prepararam acções no enclave e na capital⁷⁸. Embora as forças portuguesas seguissem com atenção os discursos de Holden Roberto, representando ele o adversário omnipresente, não conseguiram encontrar indícios duma rebelião próxima. Holden exigiu a libertação de Angola como outros o fizeram também, por exemplo os representantes do MLEC em Cabinda. Tentando avaliar a capacidade militar do inimigo, os portugueses continuaram cépticos⁷⁹.

As bases no interior do Congo-Léopoldville constituíam o factor crítico para todas as tentativas de instalação a longo prazo por parte dos movimentos que queriam aproveitar as convicções religiosas ou as tensões na “política tradicional” (Rocha, 2003: 77, 139-146). Segundo os relatórios da PIDE, já no mês de Agosto de 1960, tropas portuguesas

⁷⁶ AHU MU/GM/GNP/135/Cx. 39, General Carlos Nascimento e Silva, Comandante Militar de Angola, *Printrep.* n.º 2/59: *Referido ao período de 2 Jan. a 1 Fev. 1959* (sem número), sem data, p. 28.

⁷⁷ AHU MU/GM/GNP/135/Cx. 39, Nascimento e Silva, *Printrep.* n.º 6/59: *Referido ao período de 2 Maio 59 a 1 Jun 1959* (sem número), sem data, p. 34.

⁷⁸ AHU MU/GM/GNP/135/Cx. 39, Nascimento e Silva, *Movimento de Libertação Nacional de Angola* (sem número), sem data [1959], p. 1-2.

⁷⁹ ANTT, AOS/CO/UL-32, U.P.A., Secção em Léopoldville, *Allocution Prononcée par Mr. Holden Roberto à la Radio Nationale Congolaise à Léopoldville* (sem número), 09-08-1960; ANTT, AOS/CO/UL-32, João Francisco Quintão, Luis Ranque Franque, João Pucuta e Pedro Tati, líderes da Association des Ressortissants de l'Enclave de Cabinda/M.L.E.C., a Salazar (sem número), 12-08-1960.

e congolezas abriram fogo mutuamente, os primeiros perseguindo grupos congolezes vindo do território vizinho⁸⁰. Reuniões com os novos colegas das forças congolezas não tiveram o efeito desejado⁸¹. Apenas na região fronteiriça com a província congoleza separatista de Katanga, as autoridades territoriais, influenciadas pelos conselheiros e polícias belgas se mostraram disponíveis para prender os aderentes da UPA⁸². Do outro lado da fronteira, a propaganda da UPA aproveitou essa aliança. Caçadores portugueses chegados ao norte de Angola eram vistos como tropas especiais belgas pelos congolezes da região, e detestados como “estrangeiros” e assassinos⁸³. As tentativas das autoridades de Nôqui para acalmar a situação nos postos perto da fronteira continuaram em vão, mesmo no que diz respeito aos esforços de entendimento com os generais congolezes em Matadi, sendo a propaganda da UPA momentaneamente mais forte⁸⁴. Todavia, de vez em quando as iniciativas para obter o apoio do comandante local congolês local puderam tomar a forma duma competição directa. No início de 1961 os enviados portugueses pediram a condenação do líder local da UPA em Kimpangu, Raimundo de Sousa Sardinha, preso como suspeito simpaticizante comunista, enquanto o partido de Holden insistia na detenção do comerciante português europeu, Afonso Madibo, acusando-o de ser um agente contra a UPA⁸⁵.

Já em setembro de 1960, os panfletos da UPA invadiram as aldeias nos arredores de Nôqui⁸⁶. Em outubro, tornou-se evidente que o grupo enviava emissários para algumas povoações, inclusive São Salvador, o

⁸⁰ ANTT, AOS/CO/UL-32, PIDE, *Informação - [Transcrições de Chefe do Posto da Pide no Luvo e Inspector António Fernandes Vaz, PIDE de Luanda]* (n° 313/60-GU), 16-08-1960, p. 1-2, 4.

⁸¹ ANTT, AOS/CO/UL-32, PIDE, *Informação - Fronteira Congo-Angola* (n° 354/60-GU), 16-08-1960.

⁸² ANTT, AOS/CO/UL-32, PIDE, *Informação - Fronteira Congo-Angola* (n° 378/60-GU), 20-8-1960, p. 1.

⁸³ ANTT, AOS/CO/UL-32, [UPA], *Informação* (n° 412/60-GU), 02-09-1960, p. 1-2.

⁸⁴ ANTT, AOS/CO/UL-32, PIDE, *Informação - Fronteira Congo-Angola* (n° 312/60-GU), 01-08-1960; ANTT, AOS/CO/UL-32, PIDE, *Informação - [UPA]* (n° 448/60-GU), 27-09-1960, p. 1.

⁸⁵ ANTT, AOS/CO/UL-32, PIDE, *Informação - Fronteira Congo-Angola* (n° 3/61-GU), 03-01-1961.

⁸⁶ ANTT, AOS/CO/UL-32, PIDE, *Informação - [UPA]* (n° 428/60-GU), 12-09-1960.

centro do distrito, regularmente⁸⁷. Alguns chefes de posto comunicaram aos agentes da PIDE que mesmo os poucos assimilados na região se preparavam para procurar refúgio no mato, juntando o equipamento necessário para a organização da resistência local⁸⁸. Parece que esse argumento se devia em parte – mas não totalmente – à desconfiança geral do comportamento dos “civilizados” pelos pequenos funcionários europeus. A mesma desconfiança devia estar presente nas Forças Armadas, onde parte dos oficiais europeus receava a revolta dos soldados africanos. Eles não só tinham medo da radicalização dos soldados angolanos devido à propaganda da UPA e das informações sobre deserções como se tornaram críticos relativamente aos africanos em geral⁸⁹. Ignorava-se, contudo, a actividade doutros grupos, como da ALIAZO que tentou mobilizar a população na região de Maquela do Zombo contra o regime colonial, sendo, embora, mais ou menos ignorada⁹⁰.

Sobretudo antes dos massacres de março, a “actividade subversiva” baseava-se em boatos. Não obstante o seu carácter fictício, esses boatos mostraram ser extremamente úteis para criar uma dinâmica nas populações locais. Todos os aspectos do sobrenatural, inclusive magia e veneno se integravam nessas histórias (veja também Brinkman, 2003: 313-315).

Assim, em Cacata no enclave de Cabinda um condutor europeu, depois de ter atropelado um transeunte africano, foi atacado. Segundo o boato, o acidente teria sido um assassinato voluntário⁹¹. Um grupo de “bandidos” que assaltou as instalações de Gulf Oil em Cabinda espalhou o rumor que a polícia portuguesa se preparava para fazer caça ao homem⁹². Em janeiro de 1961, parte dos Cabindas deixou de

⁸⁷ ANTT, AOS/CO/UL-32, PIDE, *Informação – [UPA]* (n° 572/60-GU), 28-10-1960, p. 2.

⁸⁸ ANTT, AOS/CO/UL-32-A-1, PIDE, *Informação – [ABAKO]* (n° 743/60-GU), 13-12-1960, p. 2.

⁸⁹ ANTT, AOS/CO/UL-32-A-2, PIDE, *Informação [– Deserções]* (n° 591/60-GU), 3-11-1960.

⁹⁰ Veja ANTT, AOS/CO/UL-32-A-2, ALIAZO, “Aos nossos irmãos residentes no Zombo” (n° 140/SEC/60), sem data (tradução do Kikongo).

⁹¹ ANTT, AOS/CO/UL-32-2, PIDE, *Informação [– Cabinda]* (n° 565/60-GU), 25-10-1960.

⁹² ANTT, AOS/CO/UL-32-A-2, PIDE, *Informação [– Cabinda]* (n° 620/60-GU), 10-11-1960.

comprar alimentação por medo de serem envenenados⁹³. A proximidade da independência e da tomada do poder por outros africanos eram assuntos mais directamente políticos, contudo, também aqui existiam boatos segundo os quais a retirada dos portugueses seria um processo inevitável⁹⁴. O efeito desses boatos foi ainda reforçado pela mediação de comerciantes europeus activos nas zonas rurais, frequentemente casados com mulheres africanas, que transportavam as “novidades” para o distrito do Congo e para o enclave⁹⁵.

Os rumores nos arredores de Nóqui diziam que os assimilados compravam armas em preparação duma grande acção terrorista da UPA contra o posto⁹⁶. Na mesma altura esperava-se o ataque do movimento contra Maquela do Zombo no início de março⁹⁷. Assim, a escolha parecia estar entre ser assassinado preventivamente - ou pelas Forças Armadas ou pelos colonos portugueses - ou ser libertado pelas tropas da UPA.

É difícil avaliar até que ponto a propaganda realmente teve sucesso. A preparação dos ataques de março e abril foi evidentemente apoiada por forças locais no distrito do Congo e em Cabinda⁹⁸. Por outro lado, parte da população pediu desesperadamente aos oficiais e chefes de posto portugueses para não abandonar os postos e a deixar à mercê dos rebeldes da UPA, como aconteceu no posto de Quelo no concelho de Ambrizete⁹⁹. Falta-nos ainda uma análise mais profunda das atitudes das populações locais nos primeiros meses da revolta, mas é evidente que nem todos os habitantes da região esperavam com entusiasmo a

⁹³ ANTT, AOS/CO/UL-32-A-2, PIDE, *Informação [- Cabinda]* (n° 39/61-GU), 09-01-1961.

⁹⁴ ANTT, AOS/CO/UL-32-A-1, PIDE, *Informação - [ABAKO]* (n° 743/60-GU), 13-12-1960, p. 1; ANTT, AOS/CO/UL-32, PIDE, *Informação - [Cabinda]* (n° 63/61-GU), 18-01-1961.

⁹⁵ ANTT, AOS/CO/UL-32-A-2, PIDE, *Informação [- Kabinda]* (n° 870/60-GU), 26-12-1960.

⁹⁶ ANTT, AOS/CO/UL-32, PIDE, *Informação - Fronteira Congo-Angola* (n° 125/61-GU), 31-01-1961, p. 1.

⁹⁷ ANTT, AOS/CO/UL-32, PIDE, *Informação - Fronteira Congo-Angola* (n° 247/61-GU), 03-03-1961.

⁹⁸ ANTT, AOS/CO/UL-32-A-2, PIDE, *Informação [- Cabinda?]* (n° 869/61 - G.U.), 26-05-1961, p. 3.

⁹⁹ ANTT, AOS/CO/UL-32-A-2, PIDE, *Informação [- Guerra no Norte]* (n° 692/61), 02-05-1961, p. 1-2.

sua libertação. Sobrepõe-se, de facto, a tudo a extrema brutalidade dos ataques que destruíram a existência dos “colaboradores” africanos, mais ainda que aquela dos colonos europeus¹⁰⁰. A reacção, igualmente brutal, das Forças Armadas e dos colonos portugueses, que se encontraram de repente face a uma situação que tinham receado mas que nunca realmente acreditaram ser possível criou um clima ainda mais complexo. Isso fará da reconstrução das mentalidades um grande desafio.

7. Conclusão

A nossa análise mostra que as causas da revolta em massa e violenta no norte de Angola em março de 1961 não se reduz à relação simples e linear entre o sistema de trabalho forçado abusivo e a resistência armada. De facto, os postos elevados da administração portuguesa em Angola estavam no caminho da liberalização, pelo menos a partir dos últimos anos de 1950. Apesar da ambivalência considerável, sobretudo quando os angolanos se recusavam a trabalhar voluntariamente, as tendências liberais ganhavam terreno e a mudança no sistema era evidente.

Só em zonas circunscritas, portanto, as condições de trabalho foram directamente responsáveis pela rebelião das populações africanas. Os relatórios bastante críticos dos administradores liberais no Ministério do Ultramar em Lisboa não deixam dúvida nenhuma de que os cultivadores na Baixa de Cassange se sublevaram por serem obrigados a cultivar algodão. Porém, a região estava praticamente à mercê duma única companhia concessionária, afastada do *mainstream* da política social portuguesa em Angola.

Quais são então as explicações alternativas para a dimensão da revolta no distrito do Congo? Cremos ter mostrado duas ligações da rebelião com outros aspectos da vida quotidiana e da política “tradicional” no norte de Angola. A existência duma rede extensa de seitistas oriundos do Congo-Libréville e com uma presença cada vez mais forte

¹⁰⁰ ANTT, AOS/CO/UL-32-A-1, PIDE, *Informação - [Distrito do Congo]* (nº 1.038/61-GU), 23-06-1961, p. 1-2; ANTT, AOS/CO/UL-32-A-1, PIDE, *Informação - [Distrito de Malange]* (nº 1.040/61-GU), 23-06-1961, p. 1.

na população angolana tornou possível a divulgação de ordens directas que serviram a mobilização para a conquista do distrito. A disputa da sucessão do rei do Congo no norte de Angola representa outro aspecto provavelmente decisivo. Depois das eleições, o partido que perdeu não se contentou, e, rejeitando a integração no novo governo local, preparou-se para o confronto armado no exterior do país. A presença de proeminentes participantes da UPA no conflito torna mais evidente essa conexão. Nessa altura, a possibilidade de se retirar para países vizinhos já independentes era uma condição *sine qua non* para a transformação daqueles conflitos e movimentos de extensão local num fenómeno com repercussão em distritos inteiros ou mesmo na provincia.

É também significativo que a mobilização das populações das zonas onde a rebelião teve início não se alimentou principalmente de propaganda ou da oposição contra as condições de trabalho. Tratava-se, antes, de uma estratégia à base de boatos que fez os habitantes do norte de Angola crer que eles seriam libertados pelas forças vindo dum Congo, país de todas as possibilidades, ou mortos pela administração portuguesa utilizando assassinios e magia. Talvez se explique assim a disposição local para a revolta. A existência de parte da população que detestava os rebeldes e pediu auxílio às tropas portuguesas já mostra que a situação era mais complexa.

A administração portuguesa ignorava todas estas relações. Culpava “indivíduos comunistas” da liderança da UPA e dos outros grupos activos no norte da colónia de terem incentivado a rebelião¹⁰¹. Essa interpretação impediu os administradores de entrar numa contra-mobilização. No fim de 1960 era ainda possível implementar uma outra política religiosa e de “administração tradicional” no norte de Angola, que teria permitido travar o progresso da UPA. Depois de março de 1961, isso já não se podia imaginar. Seja como for, as causas da rebelião – e duma guerra de 13 anos – não podem ser encontrados no sistema de trabalho forçado, mas na conexão de diferentes factores da política local e da existência dum “hinterland” congolês.

¹⁰¹ ANTT, AOS/CO/UL-32, PIDE, *Informação - [UPA]* (n° 363/60-GU), 17-08-1960, p. 1-2; ANTT AOS/CO/UL-32, PIDE, *Informação - [UPA]* (n° 717/60-GU), 30-11-1960; ANTT, AOS/CO/UL-32, PIDE, *Informação [- Fronteira Congo-Angola]* (n° 89/61-GU), 25-01-1961, p. 1; ANTT, AOS/CO/UL-32, Esteves Felgas, *Informação acerca de Actividades Anti-Portuguesas no Congo Ex-Belga* (n° 13), 23-02-1961, p. 1.

Bibliografia

- Andrade, Mário de/Messiant, Christine, 'Sur la première génération du MPLA: 1948-1960' em: *Lusotopie*, 1999, p. 185-221.
- Bassett, Thomas J., 'The Uncaptured Corvée: Cotton in Côte d'Ivoire, 1912-1946' em: Isaacman, Allen e Roberts, Richard (ed.), *Cotton, colonialism, and social history in sub-Saharan Africa*, Londres, James Currey, 1995, p. 247-267.
- Bender, Gerald, *Angola under the Portuguese: the myth and the reality*, Nairobi - Londres, Heinemann, 1978.
- Brinkman, Inge, 'War, Witches and Traitors: Cases from the MPLA's Eastern Front in Angola (1966-1975)', em: *Journal of African History* 44(2), 2003, p. 303-325.
- Chilundo, Arlindo, *O impacto da revolução dos transportes nas relações entre homens e mulheres na província nortenha de Nampula, Moçambique (1913-1961)*, em: *Revista Internacional de Estudos Africanos* 18-22, 1995-1999, p. 215-244.
- Clarence-Smith, Gervaise, 'Les investissements belges en Angola, 1912-1961', em: Laboratoire 'Connaissance du Tiers-Monde' (ed.), *Entreprises et entrepreneurs en Afrique. Tôme I: XIXe et XXe siècles*, Paris, L'Harmattan, 1983, p. 423-441.
- Cooper, Frederick, *Decolonization and African society: the labor question in French and British Africa*. Cambridge, Cambridge University Press, 1996.
- Cross, Michael, *O capitalismo colonial e a força de trabalho: a economia política nas plantações de chá do Norte de Moçambique 1930-1975*, em: *Revista internacional de estudos africanos* 16-17, 1992-1994, p. 131-154.
- Fall, Babacar, *Le travail forcé en Afrique-Occidentale française (1900-1946)*. Paris, Karthala, 1993.
- Freudenthal, Aída, *A Baixa de Cassanje: algodão e revolta*, em: *Revista Internacional de Estudos Africanos* 18-22, 1995-1999, p. 245-283.

- Gentili, A.M., 'Les origines rurales du nationalisme mozambicain' em: Acte du Colloque de Bujumbara, oct. 1989, Histoire sociale de l'Afrique de l'Est (XIXe - XXe siècle). Paris, Karthala, 1991.
- Isaacman, Allen F./Isaacman, Barbara, *Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900-1982*, Boulder, Westview Press, 1983.
- Lawler, Nancy, 'Reform and repression under the Free French: economic and political transformation in the Côte d'Ivoire' em: *Africa (Londres)* 60(1), 1990, p. 88-110.
- MacQueen, Norrie, *The Decolonization of Portuguese Africa. Metropolitan Revolution and the Dissolution of Empire*, London - New York, Longman, 1997.
- Mateus, Dalila Cabrita, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial 1961-1974*, Lisboa, Terramar, 2004.
- Penvenne, Jeanne-Marie, *African workers and colonial racism: Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques*, Londres, James Currey e.o., 1995.
- Pitcher, Mary Anne, *Politics in the Portuguese empire : the state, industry, and cotton ; 1926 - 1974* (Oxford: Clarendon Press, 1993).
- Rocha, Edmundo, *Angola. Contribuição ao estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano (período de 1950-1964) (testemunho e estudo documental)*, Lisboa, Kilombelombe, 2003.
- Vail, Leroy/White, Landeg, "Tawani, Machambero!": Forced Cotton and Rice Growing on the Zambezi', em: *Journal of African History* 19(2), 1978, p. 239-263.